

NOTA DE REPÚDIO

A Condsef/Fenadsef repudia veementemente o monitoramento persecutório e ilegal de servidores públicos federais da área ambiental promovido pela chamada “Abin Paralela” durante o governo de Jair Bolsonaro, revelado pela quarta fase da operação Última Milha, da Polícia Federal, divulgada na semana passada pela imprensa brasileira.

Não bastassem os discursos contra os servidores públicos, o arrocho salarial promovido naqueles anos, e o desmonte da infraestrutura da administração pública federal, o governo Bolsonaro parece ter tentado implementar contra os servidores ambientais uma espécie de Gestapo Nazista, numa ação coordenada de intimidação buscando evitar o bom desempenho das atividades daqueles trabalhadores.

Diante da perplexidade e revolta com as informações divulgadas pela operação da PF, a Confederação entende que os culpados por tais atos administrativos ilegais, anticonstitucionais e, sobretudo, antidemocráticos devem ser exemplarmente punidos, para que fatos como este não mais ocorram no país.

A Condsef/Fenadsef reforça que só a punição com rigor dos agentes administrativos e políticos responsáveis por tamanho ato criminoso contra servidores públicos pode assegurar que nenhum trabalhador será monitorado, perseguido ou intimidado por cumprir suas obrigações legais no serviço público independente do gestor ou governante no poder.

Brasília, 22 de julho de 2024.